

São Paulo, junho de 1977 — Nº 0

Editorial

Estamos em meio a um processo onde a reorganização do movimento de massas já é um dado palpável. Ela é apressada pela reação a um sistema sócio-econômico que há muito já mostrou a sua ineficiência no sentido de proporcionar condições de vida adequada e de abrir um espaço político à maioria da população. Mesmo àqueles setores que o apoiaram por muito tempo, o regime militar já não responde inteiramente seus interesses. E são os setores da população que foram desarticulados politicamente em 1964, os que hoje começam a reagir face há 13 anos de silêncio obrigatório.

Dentro deste quadro, o Movimento Estudantil exerce um papel fundamental ao movimento como um todo. O seu nível organizativo e político aparece atualmente como garantia e condição para o fortalecimento da luta por liberdades democráticas e, embora com diferenças ao nível de suas mobilizações, outros estados além de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas, já participam ativamente nesta luta.

E temos o mesmo quadro no Estado de São Paulo onde, desde as lutas por mais verbas para a Educação, diversas escolas isoladas da capital e do interior unificaram suas lutas dentro de uma perspectiva comum. Portanto, a reconstrução de nossas entidades, extintas desde 68, como a

União Estadual de Estudantes (UEE) e a União Nacional de Estudantes (UNE), se coloca como necessário ao debate de todo conjunto estudantil para que aprofundemos nossa compreensão do momento político em que vivemos e saibamos traçar corretamente uma linha de ação. Esse trabalho requer a participação de todos e é cada vez mais necessário o fim do isolamento que ainda envolve algumas escolas. O momento em que vivemos exige uma atuação unificada de todos os setores que anseiam por uma transformação da realidade brasileira. Fizemos este jornal no sentido de fomentar um amplo debate político e de apresentar nossas propostas de luta e nossa visão desta conjuntura.

A união dos 4 grupos a que pertencemos se deu visando uma atuação mais consequente politicamente nos Encontros Nacionais e Estaduais que já se realizaram. Nos unificamos em cima de posições políticas comuns em re-

lação ao pael do movimento estudantil e dos seguintes eixos de luta: por melhores condições de ensino, pela melhoria das condições de vida da população, pela reorganização do Movimento Estudantil e pelas Liberdades Democráticas.

em torno deste jornal, o primeiro estadual, seu conteúdo, visão e método políticos, rumo ao seu engrossamento, agrupando um número crescente de estudantes nas demais escolas.

Assim buscaremos ampliar e fazer as discussões avançarem

Emfim, abrir debates sobre nossas posições à todo aqueles que se interessem em travar uma luta consequente — ombro a ombro dos trabalhadores — pela transformação da sociedade brasileira.

em torno deste jornal, o primeiro estadual, seu conteúdo, visão e método políticos, rumo ao seu engrossamento, agrupando um número crescente de estudantes nas demais escolas.

Emfim, abrir debates sobre nossas posições à todo aqueles que se interessem em travar uma luta consequente — ombro a ombro dos trabalhadores — pela transformação da sociedade brasileira.

QUE DITADURA É ESSA

Não é por acaso que o próprio governo, pela boca de seus parlamentares, se perguntava há pouco tempo atrás, "que ditadura é essa?" em que o Sr. Brossard pode dirigir da tribuna os mais veementes ataques a Geisel ('pior que Hitler', etc) sem ser punido. Antes da atual crise política a ditadura era bem diferente. Perdendo suas bases de sustentação questionado no Congresso, nos jornais e nas ruas.

Aos ataques do MDB o governo demorou a responder - levantando denúncias de corrupção contra Orestes Quércia, cassando Marcos Tito após acusá-lo de portavoz do PC, ameaçando os deputados que compareceram à Universidade de Brasília para falar aos estudantes em greve. E sua resposta, qualquer que seja, não poderá barrar a insatisfação em curso na chamada "classe política".

Geisel "dircorda firmemente" do deputado Herbert Levy, arenista, acerca da criação de um novo partido, o PDS - a partir das próprias bases da Arena, tese essa apoiada por quase toda a bancada do governo na Câmara Federal. E logo em seguida surge outra iniciativa, dessa vez na bancada estadual paulista, reafirmando a necessidade de novos partidos - pela "falência do bipartidarismo" pela "inviabilidade eleitoral da Arena".

Mas a questão vai mais fundo: não podemos pensar apenas em termos de Geisel, Arena, MDB e os políticos. A situação política tem sua base na situação da economia e nas relações entre as classes sociais.

A burguesia e a crise

Muito antes do amadurecimento da atual crise política, já se aprofundava, claramente definida, a crise econômica, com uma inflação inusitada desde 66 (20% nos 4 primeiros meses de 77, segundo o DIEESE) e a dívida externa assustando os credores da ditadura no exterior. A resposta governamental, ou seja, a clássica solução capitalista que é a recessão - implica necessariamente em prejudicar vários setores burgueses, que se rebelam. As automobilísticas e as distribuidoras de petróleo forçaram a volta atrás do governo no caso das "simonetas", e as pequenas e médias empresas, sedentas de crédito rural, o governo fez com que os mais diversos setores de empresariado rural se manifestassem irritadamente, alguns até exigindo a saída do ministro da Agricultura.

Quando Geisel assumiu o poder em 74, a burguesia esperava dele um governo adequado ao momento - já delineado - de crise econômica: um governo apoiado no aparato policial militar que, mantendo a repressão ao movimento de massas, fosse capaz de arbitrar as divergências entre os vários setores do capital, impondo as "soluções mais justas" (sempre favorecendo mais ao capital financeiro, o parceiro mais forte do jogo), trazendo no bolso o "projeto distensão" como saída.

Com o recrudescimento da crise, os lucros vão se tornando mais exíguos e os rachas na disputa pela sua repartição mais sérios. E as "soluções mais justas" vão se tornando menos aceitáveis, pois prejudicam cada vez mais setores: a burguesia vai perdendo a paciência e passa a exigir negociar diretamente suas divergências internas - quase todas ela reivindicada a livre formação de seus partidos, um Congresso mais dotado de poder efetivo, etc.

Isso significa o fim do mínimo de consenso necessário para manter as tomadas de decisão estilo 'governo forte', inerentes ao regime atual. Daí

a burguesia acusar o governo de 'imobilista', por não avançar saídas para o impasse político, mantendo-se simplesmente no poder.

Ao mesmo tempo, começam a se articular por debaixo do pano, as mais variadas combinações políticas apesar da "proibição" de Geisel, com vistas à sucessão presidencial. Com o crescimento do desgaste do governo, já se começa a falar em antecipação da sucessão, para que o novo titular do poder possa, em cima de algumas concessões (fim do AI5, novos partidos burgueses, etc.) anunciadas com antecedência aglutinar em torno de si os vários setores divergentes e adiar o impasse final do regime.

O movimento ganha força

O movimento de massas se rearticula e se manifesta. A oposição dos metalúrgicos do ABC lança panfletos nas fábricas, chamando à retomada do caráter de luta do 1º de maio. O governo revida prendendo alguns operários, mas o movimento, golpeado, ao invés de esmorecer, redobra. A oposição sindical responde às prisões denunciando-as amplamente e chamando os estudantes - setor mais organizado do movimento de massas hoje - a saírem em defesa dos companheiros. E a partir da USP e da PUC se desencadeia um movimento que trouxe as demais escolas da Grande São Paulo e do estado, e logo a seguir de todo o país. Para uma firme luta pelas liberdades democráticas, envolvendo vários outros setores sociais, de professores a bancários, oposições sindicais, associações de donas de casa, secundaristas, jornalistas, artistas, etc.

O processo de reativação e rearticulação das lutas estudantis e populares dá um impressionante salto de qualidade. Ganhamos as ruas armadas de nova disposição de luta, e estruturamos o Comitê 1º de maio pela Anistia, congregando todos os setores em luta; surgem novos DCEs-livres no interior de São Paulo, realizamos a 1ª Plenária Estadual que criou a Comissão Pró-UEE, lutamos pela realização do 3º ENE e nossas greves e manifestações são mais e mais nacionais.

Os professores de São Paulo, reunidos numa Assembléia de quase mil pessoas marcam uma concentração frente à Secretaria da Educação para exigir melhores salários e condições de trabalho. Na fase de preparação da manifestação, as ameaças e intimidações se sucedendo - com a prisão de professores, invasão de um colégio e da própria Associação dos Professores - não puderam intimidar a classe. A concentração foi realizada com centenas de professores, entregando um abaixo-assinado com 10 mil assinaturas. E agora são os professores da rede particular de ensino superior que marcam uma assembléia.

E o governo, a medida que vai se isolando e perdendo o respaldo, enquanto permanece no controle do aparato repressivo e dos atos de excessão, insiste em marcar sua presença com atos de força - insiste em dizer que é quem continua mandando. Vai cedendo continuamente, mas cedendo e dizendo que cede porque quer.

Quem avança, hoje, é o movimento: o governo vai atrás, revidando, tomando suas "medidas preventivas" contra nosso avanço, sem conseguir frear-nos. O que se configura, portanto, é uma mudança na correlação de forças na sociedade: a classe dominante, dividida mais e mais, vai perdendo pontos para o movimento de massas, que se fortalece. Caminha-

mos, assim, para uma nova situação - um relativo equilíbrio e forças.

As ruas

Para as massas, a crise significa a queda ainda maior de nível de vida: mais arrocho, mais inflação, mais desemprego. O descontentamento, aguçado, vê nas divisões da burguesia a deixa para avançar diante das vacilações da repressão. Com o estudante à frente, o movimento sai às ruas, exigindo voz e participação.

Isso vem lembrar aos patrões que é necessário se preparar para a abertura, impedindo que um setor mais avançado tome a liderança do movimento de massas. Por isso, apoiam uma repressão "legal" e "restrita", pedem moderação aos estudantes, ao mesmo tempo que põe a culpa no governo pela radicalização: ele se omite e "não se abre em diálogo".

E tratam de deixar claro que a abertura proposta não é a mesma do movimento de massas: anistia, só se restrita; a liberdade é só para os seus partidos, etc.

O projeto burgues de "democratização", portanto, tem limites claros. Mas, por limitadas que sejam, para nós essa abertura que a burguesia quer constitui brechas em sua dominação, por onde podemos e devemos entrar e avançar, partindo do descontentamento da população explorada e oprimida (que cresce também em função da crise), da reanimação do movimento (que se recupera das derrotas sofridas em 64 e 68), e de sua reorganização - que avança agora ainda mais, impulsionada pelas grandes lutas que estamos gravando.

É do ritmo das nossas lutas que dependerão as conquistas das aberturas que nos interessam e que são as liberdades democráticas mais amplas - o fim das prisões e torturas, anistia ampla, eleições livres e diretas com liberdade a todos os partidos, o fim da ditadura militar, e a convocação de uma Assembléia Constituinte democrática e soberana - a mais abrangente das reivindicações democráticas, pois pressupõe todas as demais e requer a colocação clara e aberta de cada setor sobre como propõe a estruturação do poder político.

Mas, ao erguer nossas bandeiras democráticas temos que ter claro que o eixo de nossas lutas hoje, ao lado da anistia ampla e a libertação de nossos presos, é a bandeira da liberdade de manifestação pública, tornada central a partir do momento em que, ao tormarmos as ruas, a repressão reviu de imediato suas permissões do tipo "só se for pacífica" ou "só no território livre" do Lgo. São Francisco para reprimir com água, gás lacrimogêneo e cassetetes toda concentração em qualquer local público. Também é central, ou seja, um de nossos móveis de luta concretos, imediatos, a bandeira da liberdade de organização, face à brutal repressão ao 3º ENE em B.H., onde discutiríamos nossa rearticulação a nível nacional - bem como face às pressões contra a realização da 29ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência.

E temos que responder ainda, face ao recente episódio Marcos Tito, com a bandeira da liberdade a todos os partidos políticos, pois não nos interessa se o deputado sabia ou não da origem do texto, se concordamos ou não com seu conteúdo: o que nos interessa é a garantia da liberdade de todas as correntes políticas, inclusive o PC, se organizarem e manifestarem livremente, disputando eleições livres e diretas.

O fim da ditadura e a convocação

de uma Assembléia Constituinte são o coroamento do todas essas reivindicações, são as perspectivas de nossa luta pelas liberdades democráticas, mas não o eixo de nossas mobilizações atuais. Temos de propagandizar com tudo essas bandeiras, defendê-las, mostrar seu significado, mas não podemos querer impor ao movimento um caráter que ainda não assume, nem palavras de ordem que coloquem de forma agitativa, ou seja, de luta imediata, essas bandeiras (por exemplo a palavra de ordem "Abaixo a ditadura"). O movimento ainda não coloca o fim da ditadura como bandeira de luta imediata, e portanto sua tônica ainda é por liberdades democráticas. Só que numa concentração, numa passeata, mesmo essa palavra de ordem ou em coro "Constituinte sim, Ditadura não!" pode pegar e deve ser proposto e apoiado, pois essas reivindicações estão na nossa perspectiva, e as grandes manifestações tem realmente uma dinâmica própria.

Ao levantarmos, ainda a bandeira do "ensino público e gratuito para todos", concretizando-a na luta contra o corte de verbas nas Universidades públicas e pelo congelamento das anuidades nas particulares, na verdade estamos nos irmanando aos demais setores explorados e oprimidos da sociedade na luta contra a tentativa dos patrões de lançar sobre as nossas costas os custos da crise que fabricaram: por isso jogamos toda força na bandeira por melhores condições de vida para a população, concretizada na luta contra a alta do custo de vida, contra o arrocho salarial e o desemprego. É com isso que, a par com a luta pelas liberdades democráticas, que devemos explicitar incluindo aí as liberdades sindicais como direito de greve, autonomia do Ministério do Trabalho, etc, concretizamos hoje nossa aliança com os trabalhadores.

Em cima de nossos eixos de luta, vimos no último dia 15, no Rio e em São Paulo, as manifestações chamadas pelos estudantes serem engrossadas por populares que também se manifestaram aplaudindo, jogando papel picado, etc. E isso se deu, apesar de um relativo recuo por parte do movimento estudantil, quando algumas posições políticas como o grupo Unidade do DCE-Livre da PUC, impressionadas com as ameaças da repressão, queriam "furar" o próprio ato público, o que ameaçou dividir perigosamente os estudantes e dando, ai sim, espaço para o avanço da repressão. Nossa tarefa, mais premente é extrair um saldo organizativo ao nível do movimento de massas. Precisamos ampliar, reforçar e estruturar os Comitês 1º de Maio, dando-lhe o caráter de uma frente por liberdades democráticas que reúna os vários setores, fortalecendo sua organização específica e abrindo a perspectiva de luta conjunta. Ao nível estudantil dar toda força ao Congresso de reorganização da UEE-SP, marcado para o dia 27 de agosto, e exigir a convocação do III ENE, onde poderemos tirar um saldo a nível nacional.

- Pelo ensino público e gratuito para todos!
- Por melhores condições de vida para a população!
- Pela anistia ampla e irrestrita!
- Pela liberdade de manifestações públicas!
- Pela reorganização independente do movimento de massas!
- Por eleições livres e diretas com liberdade para todos os partidos!
- Pela Constituinte que enterre a ditadura!

O MOVIMENTO ESTUDANTIL BALANÇO DE UMA LUTA

- POR MAIS VERBAS PARA A EDUCAÇÃO
- PELO ENSINO PÚBLICO E GRATUITO
- CONTRA A CARESTIA
- POR LIBERDADES DEMOCRÁTICAS

Essas foram as palavras da ordem constantes da Carta Aberta distribuída por ocasião das passeatas realizadas por estudantes da PUC e da USP no dia 30/03 que saiu da Cidade Universitária e foi até o Largo de Pinheiros, com a participação de cerca de 5000 estudantes.

Foi um marco importante no avanço em que se encontra hoje o movimento de massas pois, além de quebrar um tabu de vários anos, os estudantes saíram às ruas na defesa de suas reivindicações, conquistando adesão popular expressiva.

"Somos contra toda e qualquer arbitrariedade que impeça qualquer setor social de se expressar e de se organizar livremente".

A frase acima, (parte do texto convocatório do Ato Público realizado em frente à PUC no dia 03 de maio), deixa claro o salto qualitativo das reivindicações estudantis que, da luta por mais verbas para a educação, se lançou juntamente com outros setores, em defesa dos operários e estudantes presos, por ocasião do 1º de maio.

Neste Ato Público vários setores sociais - oposições sindicais, professores, Movimento Feminino pela Anistia, bancários, MDB e outros - puderam expressar sua insatisfação frente ao atual regime. Foi aprovado, para dois dias depois (05/05), um dia de greve estadual com uma concentração no Largo de São Francisco, em São Paulo. A greve atingiu a maioria das escolas e houve vários Atos Públicos (Campinas, São Carlos e Ribeirão Preto).

Em São Carlos, ocorreram as mobilizações mais significativas. Houve uma passeata, inicialmente estudantil, que percorreu a avenida principal com a entonação de um refrão ("Você que é explorado/ Não fique aí parado/ Esteja ao nosso lado"). Uma grande massa popular, com maioria de trabalhadores foi se juntando a ela. Na praça realizou-se um Ato Público com cerca de 2000 estudantes e 8000 populares. Uma vila basicamente formada por trabalhadores alugou um caminhão para participar do Ato Público. As intervenções de estudantes se somaram a intervenções espontâneas de trabalhadores, que demonstraram todo seu descontentamento com o regime, denunciando suas péssimas condições de vida e trabalho.

1ª JORNADA NACIONAL DE LUTAS

No dia 05, concretizou-se a continuidade do movimento a nível nacional, com a aprovação da 1ª Jornada Nacional de Lutas para o dia 19 de maio. Assembleias e concentrações em apoio a São Paulo já se realizavam em várias cidades, mas neste dia se concretizou a efetiva união dos estudantes brasileiros numa luta conjunta sob as mesmas bandeiras, com um dia nacional de greve e Atos Públicos em várias cidades.

INTERIOR

Em São Carlos, o Ato Público do dia 19/05 que seria realizado na Praça da Catedral, foi transferido para a praça Coronel Sales, devido ao forte aparato policial. Cerca de 3000 estudantes sob gás lacrimogêneo e jatos d'água foram dispersados e chegaram até o campus da USP, onde foi realizada uma manifestação.

Reorganização do Movimento Estudantil

É necessário para que avancemos em nossas lutas que as mobilizações produzam saldos organizativos que expressem a necessidade concreta do movimento, dando condições para sua continuidade e fortalecimento.

- UME (União Metropolitana dos Estudantes) Assim, no início do semestre atravessamos um período de intensas mobilizações em cima da questão de mais verbas para a educação e pelo ensino público e gratuito para todos. Diversas escolas de São Paulo, além da USP e PUC, participaram ativamente do processo e foram realizadas várias assembleias metropolitanas que contaram com a participação de 3000 estudantes. Propusemos em uma dessas Assembleias Metropolitanas a criação de uma comissão pró-UME, marcadamente transitória, pois as bases para a criação dessa entidade estavam dadas. Porém, não conseguimos a

Em Campinas, a PUC e a UNICAMP paralizaram as aulas e caravanas se deslocaram para o Ato Público em São Paulo.

OUTROS ESTADOS

No Rio de Janeiro, cerca de 5000 estudantes reuniram-se no campus da PUC. Em Porto Alegre, os estudantes fizeram sua manifestação em frente à Faculdade de Filosofia. Em Brasília, os estudantes se reuniram no campus da UnB. Em Belo Horizonte, Recife, Natal, Curitiba, Florianópolis e São Luiz, outras manifestações também ocorreram.

NA CIDADE DE SÃO PAULO

Em São Paulo, indiscutível centro de lutas, marcou-se o Ato Público para o Largo de São Francisco em pleno centro da cidade, tradicionalmente palco de grandes mobilizações.

A partir do meio-dia já se concentravam no local estudantes e populares, à espera das 17 horas, horário marcado para o início do Ato. Entretanto, na véspera foi aprovado em Assembleia Metropolitana que os jardins em frente à faculdade de Medicina seriam o local alternativo para o Ato, em caso de impossibilidade de realização no Largo São Francisco.

A partir da 1 h., uma grande massa de estudantes foi se concentrando na Medicina, para organizar a ida ao Largo. E acabou ocorrendo que, enquanto cerca de 5000 pessoas, em sua maioria populares se concentravam no Largo, cerca de 8000 outras, quase só estudantes, permaneciam na Medicina, à espera de informes do que ocorria lá no Largo.

A diretoria do DCE da USP (Refazendo), que a priori preferia permanecer no campus, divulgando num tom claramente alarmista que a repressão estava cercando o Largo e se preparando para reprimir "de forma imprevisível" os manifestantes, manobrou abertamente para impedir a saída às ruas inclusive barrando o acesso das demais posições à mesa e ao microfone. O que está patente é que, antes da polícia dispersar a massa frente à faculdade de Direito, o que só ocorreu às 18:45 hs., havia plenas condições de nos deslocarmos até lá e realizar uma manifestação unitária. Mas, pelo derrotismo de Refazendo (apoiado por Caminhando), e pela falta de firmeza das demais posições, enquanto uma grande massa popular e estudantes enfrentavam água, cassetetes e gás lacrimogêneo no centro, a maioria dos estudantes, responsáveis pela deflagração do movimento e convocação do Ato, permanecia no campus, onde acabou se realizando o Ato Público.

A massa que saía do Largo, nesse meio tempo, percorria o centro em passeatas espontâneas; uma delas atingiu 2000 participantes (com maioria das donas de casa, office-boys e populares em geral) marchou do início da Avenida São João até a Consolação, via Av. Ipiranga, antes de ser dispersada brutalmente - dirigia-se a Faculdade de Medicina.

Nesse local, recebemos inúmeras cartas e moções comunicando a adesão de escolas à greve e a participação no movimento de entidades de vários tipos, e pronunciaram-se representantes dos companheiros metalúrgicos,

gráficos, professores, secundaristas e parlamentares do MDB. Mais um passo em nossa luta se efetivava, e marcou-se a 2ª Jornada Nacional de Lutas para 15/06, e um Ato Público Nacional para o dia 18/06, na Cidade Universitária - USP.

2ª JORNADA NACIONAL DE LUTAS

No dia 15/06 deveria se realizar manifestações públicas em todo país. Mas com a vacilação de certas posições, a repressão cumpriu o seu papel intimidando o movimento em diversos estados. Após a repressão sobre o III ENE em Belo Horizonte onde foram presos 600 companheiros, o Movimento Estudantil que até agora se coloca à frente das mobilizações, titubeia deixando a ditadura se aproveitar do impressionismo que passa a rondar algumas posições.

Apenas em São Paulo e no Rio, tiveram passeatas e concentrações públicas - nas ruas -, nos demais estados teve desde missas até Atos dentro dos "campi". A partir daí não foi possível encaminhar o dia 18/06 que se pretendia um Ato Nacional Único pela Anistia.

Em Brasília a reunião a 18 estudantes desencadeou um processo de mobilização com greves e concentrações, demonstrando o grande potencial dos estudantes de lá que não se entregaram nem a burocracia nem ao impressionismo que a repressão poderia causar com as intimidações que fez (invasão do campus, prisões, espancamentos, etc).

Em São Paulo, se canalizaram as mobilizações para o Comitê 1º de Maio, devendo este dirigir e centralizar os outros setores na luta pelas Liberdades Democráticas.

III ENCONTRO NACIONAL DOS ESTUDANTES

Com a notícia da prisão dos companheiros em Belo Horizonte, imediatamente se marca em São Paulo, uma Assembleia Metropolitana na PUC. A Assembleia se encontrava no Salão Beta de baixo do auditório TUCA onde se realizava uma homenagem ao Cardeal D. Paulo Evaristo Arns pelo seu trabalho em defesa dos direitos humanos. Fizemos uma proposta para que uma comissão da Assembleia se dirigisse à homenagem e convidasse o Cardeal e a todos os presentes para que juntos aos estudantes e efetuassemos um Ato Público em frente ao TUCA (na rua, A mesa (Refazendo) manobrava no sentido de esvaziar a Assembleia e que fossem todos a homenagem, claramente boicotando os encaminhamentos em resposta a repressão ao III ENE, inclusive não apresentaram nenhuma proposta para o movimento. O Ato foi realizado com mais de 7000 pessoas, com intervenções de outros setores, inclusive de operários. Para isso tivemos antes que, do final da Assembleia Metropolitana sairmos deixando a mesa falando sozinho.

Ela tentava de todas as maneiras segurar o movimento, boicotando o Ato. Duas mil pessoas presentes na Assembleia se encaminharam para fora do salão passando por cima das manobras da mesa (Refazendo-Unidade).

Entendendo a necessidade de uma resposta imediata a ditadura, foi lançada a proposta de um Ato Público nas ruas da cidade no dia 08/06 (quarta-feira) derrotada pelo impressionismo que Refazendo e Caminhando colocaram nos participantes, fazendo intervenções alarmistas e analisando a conjuntura de forma artificial, mostrando bem, que mudam sua análise de acordo com os editoriais de "O Estado de São Paulo".

Acabou sendo aprovado apenas uma greve nacional na 3ª feira (07/6) que não foi bem encaminhada, ficando uma "resposta" estudantil, pois a greve não passou dos muros das Universidades.

DIA 15/06 - PRAÇA FERNANDO COSTA

Na Assembleia do Comitê 1º de Maio com 1500 participantes se aprovou a proposta levada pelo grupo PROPOSTA e MOBILIZAÇÃO e também por outros grupos: que a manifestação do dia 15 (2ª Jornada Nacional de Lutas) deveria ser em local fora do campus para adquirir um caráter realmente popular, atingindo outros setores até então desmobilizados. Novamente Refazendo e Caminhando defenderam propostas atrasadas para São Paulo: que a manifestação fosse na Faculdade de Medicina da USP. Após intenso debate de posições o Ato foi marcado para o local mais movimentado de São Paulo próximo ao Parque D. Pedro II, na Praça Fernando Costa.

Depois de aprovado começam as divisões do movimento por parte de tendências sectárias.

O grupo Unidade, diretoria do DCE-PUC fecha com a diretoria do DCE USP (Refazendo), discordando do local e da decisão do Comitê. Tornando uma atitude completamente incorreta e desmobilizatória ao mandar notas aos jornais retirando o apoio ao Ato e dizendo que não iria participar, o grupo Unidade mostrou um claro boicote ao Comitê 1º de Maio pela Anistia.

Foi nas ruas, com a participação de populares, de artistas organizados, de jornalistas unidos, com bancários intervindo que mostramos na prática o avanço conseguido com a saída às ruas.

A repressão se perdeu toda quando mudamos na última hora o local, saindo em passeata da Praça Fernando Costa até a Praça do Correio, nos separando a partir daí por todo o centro da cidade, realizando comícios relâmpagos e várias passeatas por centenas e milhares de pessoas.

As 19 hs. realizamos o Ato Público no Largo São Francisco com mais de 2000 pessoas, lendo a Carta Aberta à População e recebendo dos artistas a notícia que todos os teatros de São Paulo estariam abertos ao público gratuitamente para a efetivação de Atos em Todos eles, com leituras das cartas de apoio e manifestos por Liberdades Democráticas.

Nesse dia prenderam 91 pessoas e espancaram centenas de estudantes mulheres e populares em geral.

Estamos esperando agora o Coronel Erasmo Dias se demitir, cumprindo a promessa que fez de renunciar se fosse realizado a manifestação.

É nesse processo de engajar outros setores na luta, de nos mobilizarmos, demonstrarmos unidade e força, fazendo a repressão recuar, que atingiremos nossos objetivos de luta. Com atividades culturais nas férias, mantermos a discussão no Movimento Estudantil para voltarmos em agosto com nossas entidades livres, fortalecidas e maiores espaços conquistados.

O PAPEL DO MOVIMENTO ESTUDANTIL

Em toda essa grande mobilização - um avanço significativo do movimento de massas - o movimento estudantil marcou bem seu papel enquanto setor mais organizado e cobativo hoje: o de forçar brechas para permitir a outros setores manifestações em torno de suas bandeiras de luta. As posições que não conseguem entender o papel atual do ME, deveriam observar o que ocorreu por exemplo em SP e São Carlos.

Em São Carlos, o e reforçou seu papel de vanguarda (atualmente) do movimento de Massas. Assume conjuntamente a liderança das lutas sociais sem que isso lhe confira o caráter de direção (histórica) do movimento de massas, papel que é cumprido pela classe operária.

Com um enorme trabalho de divulgação feito nessa cidade, pelos estudantes, milhares de cartas abertas foram distribuídas nos terminais de ônibus, em portas de fábricas, à população em geral.

Nessas cartas os estudantes reafirmaram suas bandeiras de luta:

- Pela imediata libertação dos companheiros operários e estudantes presos.
- Por uma anistia ampla e irrestrita a todos os presos políticos, exilados e banidos
- Por Liberdades Democráticas; mostrando que sua alta combatividade residia em sua organização em entidades livres e fortes. Devendo o ME chamar os trabalhadores a se reorganizarem independentemente. Daí que além da grande participação popular nas manifestações realizadas, em fins de maio formou-se num bairro operário da cidade a primeira associação de Bairro de São Carlos. Outro exemplo foi o engajamento de artistas de forma organizada na manifestação do dia 15 em São Paulo.

As condições para eles mobilizarem duas assembleias massivas da classe teatral foram dadas pelo espaço político conquistado pelo ME.

Isto revelou que o ME deve e pode unificar as lutas comuns com os demais setores da população, mantendo porém suas respectivas palavras de ordem e independência política.

de dando mais base para uma entidade estadual.

Ao invés de uma comissão pró-UME, os colegas de LIBERDADE E LUTA, apoiados por REFAZENDO, propuseram a criação de uma comissão de luta por mais verbas e por liberdades democráticas, que em nada avançava na organização metropolitana já existente.

Os reflexos dessa política incorreta para o movimento se fizeram sentir rapidamente e hoje de forma mais acentuada. Essa comissão de luta nunca funcionou, o que funciona é a Comissão das Escolas Isoladas, que em nada reflete as necessidades destas escolas tornando-se uma comissão de diretorias de entidades sem o mínimo respaldo. A UME com a participação das duas mais mobilizadas escolas (USP e PUC) levaria as demais escolas de São Paulo que agora iniciam o seu processo de reorganização para o bojo das mobilizações gerais. au-

xiliando as no enfrentamento de seus problemas internos.

- UEE (União Estadual dos Estudantes) Com as mobilizações se acentuando, tendo como detonador a prisão de estudantes e operários, estas mudam claramente o seu caráter para o eixo de Liberdades Democráticas. Desta vez, não só a cidade, como todo o Estado de São Paulo se mobiliza e diversas cidades participam dos Atos Públicos dos dias 3, 5 e 19 de Maio. A necessidade de um organismo centralizador das lutas a nível estadual que já havia sido sentida desde a luta de verbas (realização da Plenária do Interior em cima desse eixo) torna-se evidente.

Durante a mobilização em cima da questão de verbas, havia sido marcada a realização de uma Plenária Estadual dos estudantes. Quando de sua realização, o eixo da luta havia mu-

dado para as Liberdades Democráticas e devido ao processo de mobilizações ocorridas em cima desse eixo, a discussão nessa Plenária ocorreu em torno da reorganização estadual do ME.

Nossa proposta era clara: a criação de uma comissão pró-UEE, com caráter transitório, pois marcava um congresso para efetivação desta entidade para 27/8. Propunhamos também para a participação neste Congresso o critério de 5 votos para cada 500 estudantes, garantindo assim, 2 questões básicas: (1) a participação democrática dos estudantes, possibilitando a expressão de todas as tendências com suas propostas; e (2) dando uma representação mais real do conjunto dos estudantes, tirando delegados por um número de alunos e não por entidade, que variam muito no seu número de participantes.

O grupo REFAZENDO propunha ao invés do Congresso que no dia 17/9 houvesse um Encontro das Entidades do estado, portanto, não massivo, contando com um voto por entidade, portanto, um critério anti-democrático que impossibilita a expressão de todas as tendências e não combina de forma alguma as diferenças entre as escolas. Por outro lado LIBERDADE E LUTA propunha a realização de uma Assembleia Estadual para efetivar a UEE. Esse critério é, ao nosso ver, bastante aquém da realidade do Estado, já que o voto seria por cabeça. Sabemos que não seria representativo, de forma alguma, das discussões ocorridas em cada escola, pois não se pode assegurar a participação massiva dos estudantes de uma de-

terminada cidade se esta assembleia se realiza em local distante. Reavaliando esta posição o grupo LIBERDADE E LUTA retirou sua proposta apoiando a nossa por considerá-la a mais consequente. Agora, cada vez mais, se torna fundamental que se leve essa discussão a todas as escolas, garantindo um Congresso massivo e a concretização da UEE em bases efetivas.

UNE (União Nacional dos Estudantes)
As mobilizações dos estudantes pela libertação dos operários e estudantes presos demonstraram claramente o novo ânimo com que se apresenta o movimento ao atingir proporções nacionais. Estas mobilizações apontaram a necessidade de um organismo unificador dos estudantes a nível nacional (UNE) para encaminhar as futuras lutas a nível nacional.

Mas como a reorganização se dá de uma forma acentuadamente desigual, vemos que no próprio ME temos lugares como São Paulo que já decidiu a convocação de um Congresso de reconstrução da UEE e ao mesmo tempo, em grande parte do Nordeste e algumas universidades importantes do Centro-Sul a inexistência sequer de entidades de base, CA's e DA's (por ex. a UFRJ). O grau de organização do ME brasileiro não corresponde ainda ao seu grau de mobilização.

Precisamos, portanto, traçar uma política que, considerando esta realidade, consiga fazer avançar o conjunto do movimento no sentido de reconstrução da UNE. Isto é, devemos tirar dessas mobilizações atuais um saldo organizativo correspondente, mas que considere as

profundas desigualdades existentes para que ele tenha sua base de sustentação sólida.

Esse saldo é, ao nosso ver, a formação de uma Comissão de Luta Pró-UNE, de caráter executivo, a ser tirada no ENE (Encontro Nacional dos Estudantes). Esta Comissão de Lutas é Pró-UNE não no sentido de que ela vá organizar de imediato um Congresso para a reconstrução da UNE, mas sim coordenar a luta a nível nacional favorecendo o crescimento das mobilizações e a diminuição das desigualdades regionais no interior do ME, reforçando a tendência já existente que aponta a reconstrução da UNE.

Ao contrário da UEE de São Paulo, não propomos prazo fixo para um Congresso reorganizador da UNE, pois não vemos condições de construí-la de um só golpe. É uma Comissão transitória, sem prazo fixo, para a efetivação da UNE, colocando portanto a necessidade de um programa mínimo que garanta a continuidade da luta em cima dos eixos levantados pelas mobilizações, canalizando-as para a reorganização nacional do ME. A nosso ver esse programa deve ser o seguinte:

1. Por Melhores Condições de Ensino
 - por mais verbas para a Educação
 - pelo congelamento das anuidades
 - pelo ensino público e gratuito para todos
2. Por Melhores Condições de Vida e Trabalho para a População
 - contra a carestia
 - contra o desemprego
 - contra o arrocho salarial

3. Pela Reorganização do ME
 - pela reorganização dos DA's e CA's
 - pelo reconhecimento das entidades independentes
 - pela construção dos DCE's, UME's e UEE's e UNE

4. Pelas Liberdades Democráticas
 - anistia a todos os presos políticos, exilados, cassados e banidos
 - liberdade de organização a todos os partidos políticos
 - por eleições livres e diretas
 - por uma Assembleia Constituinte que enterre a ditadura

Sobre a constituição, funcionamento e atribuições da Comissão de Lutas Pró-UNE, propomos:

a) que a Comissão de Lutas Pró-UNE seja composta por todos os DCE's existentes no Brasil e daqueles que forem surgindo no processo de reorganização.

b) que o critério de votos nas reuniões da Comissão seja de 5 votos por entidade, tirados em reuniões abertas ou em assembleias universitárias.

c) que as reuniões da Comissão sejam abertas, convocadas com uma antecedência de no mínimo 15 dias com ampla divulgação e participação. Sejam abertas à participação de todas as entidades, grupos atuantes, estudantes interessados para que se torne o centro de discussão do processo de reconstrução da UNE e das lutas nacionais.

Encontro nacional de estudantes

No último dia 4 de junho, cerca de 2000 estudantes foram impedidos de realizar o seu 3º ENE, em Belo Horizonte, sendo que por volta de 800 estudantes foram detidos e fichados pelo DOPS mineiro e pela Polícia Federal. Destes estudantes presos, 98 foram indiciados em inquérito devendo o processo ocorrer durante as próximas semanas.

Mas, as prisões não foram fator que impedisse a mobilização dos estudantes. Enquanto nossos colegas se dirigiam para o DOPS, os estudantes que estavam na noite de vigília dentro da Faculdade de Medicina, assim que souberam das prisões, realizaram uma Assembleia deliberando as seguintes propostas: realização de uma concentração em frente a Faculdade de Medicina às 8:00 hs. do dia 4/6; uma carta de repúdio a repressão, a ser divulgada amplamente; que a noite de vigília tivesse um caráter nacional.

E as prisões continuavam; por volta das 10:00hs. de sábado o DOPS estava super-lotado. Os estudantes chegavam às centenas e filas enormes se faziam para prestação de depoimentos. Essa transação demorou devido ao número de pessoas e a própria desorganização da repressão, que "não estrutura um aumento tão grande de serviço."

Após feitos os depoimentos, os estudantes se dirigem para as celas que a esta altura (começo da tarde) se encontravam abarrotadas; a alimentação fornecida até então foi um sanduíche que tiveram que pagar dos seus próprios bolsos e a partir daí mais nada foi "fornecido".

Os estudantes separados por sexo, realizaram Assembleias dentro das celas e deliberaram o seguinte: formação de uma comissão que deveria exigir informações e esclarecimentos a respeito do que aconteceria e exigir o fornecimento imediato de alimentação decente, exigências essas que foram negadas totalmente pelos policiais, criando assim grande expectativa em relação aos acontecimentos. Com as celas apinhadas e estudantes chegando, o corredor serviu como cela, o que facilitou a passagem de informações entre as delegações femininas e masculinas.

É bom ressaltar o seguinte: a repressão estava desorganizada; se teve algum critério para efetuar as prisões, este não durou por muito tempo. Não só estudantes foram presos como também um ônibus inteiro de turistas que iam a um churrasco da Petrobrás; professores alemães com seus alunos que realizavam excursões para Ouro Preto; casal em lua de mel; namoradas, que iam visitar seus namorados; pessoas que estavam lá a passeio; enfim qualquer pessoa que entrasse em Belo Horizonte com uma aparência não agradável à repressão era detida. Toda a confusão gerada pelo grande número de pessoas e as precárias "condições de atendimento" do DOPS, possibilitou que muitas pessoas fossem liberadas sem nem mesmo prestar depoimento. Isto nos mostra claramente o desespero com o qual se defronta a ditadura, na tentativa

de impedir a livre organização e manifestação estudantil.

Simultaneamente, ao ME no interior do DOPS os estudantes que estavam na noite de vigília levaram a frente as propostas aprovadas. A concentração dentro do campus foi realizada com cerca de 400 estudantes sob as barbas da repressão que já havia cercado o local; sofrendo pressão os estudantes chegaram até à rua onde realizaram uma Assembleia para levantar fundos a fim de comprar alimentos para os colegas que permaneciam cercados dentro da escola. Depois disso, a repressão investiu atirando bombas de gás lacrimogênio dispersando os estudantes e efetuando novas prisões. Novamente estes se agruparam em frente a Igreja do Carmo que estava com as portas fechadas. O padre saiu para conversar com os estudantes e nesse momento a repressão chega até o local; este pede aos estudantes que rezem; até que são jogadas novas bombas impedindo-os de entrarem na Igreja. O padre serve como mediador e os estudantes conseguem sair da Igreja em grupos pequenos.

Após isso, os estudantes se reúnem em passeata na avenida Afonso Pena aos aplausos de manifestações da população que por ali passava e novamente foram reprimidos pela polícia.

Na cidade mineira reinava um clima de terror. O policiamento era intenso. Demonstrando mais uma vez seu repúdio, representantes de todos os DCEs do país se reuniram no domingo e deliberaram a confecção de uma carta aberta que foi lida em todas as igrejas de Belo Horizonte.

Diante de tais fatos, podemos observar claramente que a CEN não soube dar um encaminhamento correto para o Encontro Nacional. Primeiro por que não efetuou uma organização eficiente, o que poderia ter evitado inúmeras prisões e dar maior segurança as delegações de outros locais Estudantes ficaram perdidos andando pelas ruas de Belo Horizonte sem saber onde ir, como obter informações e também passar uniformes, etc.

Segundo, a atual diretoria do DCE-Livre da USP não deu nenhuma assistência ao DCE da UFMG, foi incapaz de auxiliar os colegas mineiros, não cumpriram seu papel e nem colocaram para as outras entidades (CAS e DAs) a realidade de Belo Horizonte. Afinal de contas o estado de São Paulo já tem uma certa experiência em organização de Encontros e seminários, nossa tarefa seria de ajudar e transmitir a experiência que temos. O que não aconteceu.

Terceiro, pela má avaliação do local (BH) dado as suas condições organizativas, grau de mobilização e importância política. As posições políticas que compõem a CEN foram incapazes de enxergar que o eixo central das mobilizações está localizado exatamente no Estado de São Paulo, jogando atualmente um papel importantíssimo no atual quadro político, sendo o local mais mobilizado e organiza-

do. Mas a CEN não só foi incapaz de analisar o quadro político nacional como também não acatou o encaminhamento dado pelo 2º ENE, por uma Assembleia Metropolitana de São Paulo e um Ato Público de 5000 pessoas no Rio de Janeiro, que aprovaram como local a ser realizado o terceiro ENE em São Paulo.

Fica dessa forma evidente o espaço para manobras existentes dentro da CEN e a falta de democracia interna. Em reuniões fechadas, os DCEs quase compõem a CEN alegam o motivo de segurança para evitar a entrada de outras entidades estudantis, o que nós vemos é que lutam por reuniões às escondidas e deliberativas, para encaminharem com segurança as suas propostas, evitando a democracia e a posição do conjunto dos estudantes. Diante de tais situações, nós do NOVO RUMO propomos que a CEN se transforme em uma comissão democrática com a participação de todos os DCEs do país e voz ao conjunto dos estudantes, entidade e grupos políticos.

Só com a democratização da CEN, poderemos encaminhar a reorganização dos estudantes a nível nacional, com a participação massiva de estudantes, caso contrário cairíamos no imobilismo, prevalecendo manobras e conchavos de cúpula.

A repressão ao prender os companheiros que se dirigiam à BH para o 3º ENE, cumpriu o papel de divulgar o ME a nível nacional. Hoje, uma parcela maior de estudantes se interou do processo de reorganização do ME, cabe a nós garantirmos a sua concretização marcando o mais rápido possível a data para a realização do IIIº ENE, estruturando, em forma organizativa, o saldo das lutas travadas esse ano. E pode acelerar de uma maneira mais efetiva a reconquista da organização nacional, coordenando e dinamizando as lutas travadas pelos ME, expandindo o processo a nível de todo o país e lançando as bases efetivas para a UNE. Com uma direção correta, ou seja, levantando as palavras-de-ordem que avançam o movimento.

Pela ação da repressão no ME e pela conjuntura que se apresenta hoje no Brasil, podemos concluir que não é a repressão que avança sobre o movimento mas é este que avança na construção dos seus organismos livres e independentes; o papel que o aparato repressivo joga é evidente não tem mais condições de agir como nos anos 68-72; ele age tentando evitar a reconstrução de novas entidades e nunca esmagando as entidades existentes, ou seja, como os próprios repressores dizem "tomamos medidas preventivas".

Alguns grupos chegam à conclusão que o momento em que vivemos pode ser caracterizado como de resistência pura e simples ou completam falando em "resistência-ofensiva" o que é no mínimo confuso.

Tais posições como a do grupo Refazendo e o grupo Resistência não conseguem fazer uma análise correta das rela-

ções de forças entre as classes sociais e os seus setores. E como consequência, a cada mobilização mais forte que exige uma resposta firme ao movimento, hesitam. O grupo Refazendo cai constantemente no impressionismo, ou seja, deixam-se levar pelas aparências e superficialidade da realidade, desprezando as análises mais profundas e mudando constantemente de política para o movimento. O que vemos de concreto neste "vai e vem" é que nas mobilizações do Estado de São Paulo não foi aprovada nenhuma proposta desse grupo que desse um impulso ao movimento, além disso "a cada espirro da repressão" muda a sua análise de conjuntura. E como não podia deixar de ser, no atual momento tenta manobrar para frear o movimento.

Como vimos anteriormente, a repressão age no recuo do movimento e hoje não devemos "adiar" ou recuar, mas sim concretizar os passos dados no sentido de reorganização do movimento, pois só desta forma poderemos garantir a vitória dos organismos livres e independentes sobre o regime militar que hoje se apresenta.

Um período de resistência é eminentemente de defesa, tanto do movimento como das suas formas organizativas e hoje não é isto que acontece, ou seja, o curso do movimento é marchar adiante, reconquistar, reconstruir.

O movimento ganhou uma dinâmica própria e parte para a sua reorganização, e o governo prima pelo seu imobilismo.

Em Brasília (UnB) os estudantes mostram como o movimento está na ofensiva e não na defensiva. Diante da punição de 16 companheiros eles paralisam as aulas e não aceitam nenhuma acordo com a reitoria e nenhuma intimidação da repressão. Pelo contrário, eles conseguem fazer Assembleias agora, com a "permissão" da reitoria e ainda conseguem a promessa de revisão do caso dos 16 colegas mas mantendo-se em greve com ampla participação dos estudantes.

Os fatos também revelam que a cada vacilação do movimento, abrem-se brechas para a repressão. Não temos dado uma resposta imediata ao acontecimento em BH, criou campo para a repressão, e o General Dilermando delcara-se contra o 3º ENE, o senhor Paulo Egídio retira suas declarações anteriores e permite concentrações no campus "dependendo do objetivo".

Diante desse quadro, a nossa posição não pode ser outra, senão a de fortalecer as mobilizações.

A diretoria do DCE-Livre USP convocou uma reunião "secreta" da CEN, onde se aprovou a realização do IIIº ENE para o segundo semestre. Devendo ser garantido a concretização o mais rápido possível do Encontro Nacional para assegurar saldos organizativos em cima das mobilizações propomos que seja no dia 22 de agosto em SP.

- PELA CONCRETIZAÇÃO DO IIIº ENE
- CONTRA A REPRESSÃO
- PELA LIBERDADE DE MANIFESTAÇÃO E ORGANIZAÇÃO